



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

Direcção Geral e Administração:

Extracto de despacho n° 1016/2015:

Dando por finda, a comissão ordinária de serviço de Tania Serafim Yvonne Romualdo, no cargo de Directora do Gabinete de S. Ex^a o Presidente da República, bem como os cargos de Chanceler de Ordens e Títulos Honoríficos e Secretária do Conselho da República..... 1144

Extracto de despacho n° 1017/2015:

Dando por finda, a comissão ordinária de serviço de Verónica Esmeralda Almeida dos Reis, no cargo de Directora do Património e Materiais da Presidência da República. 1144

Extracto de despacho n° 1018/2015:

Nomeando, Verónica Esmeralda Almeida dos Reis, para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Directora do Gabinete de S. Ex^a o Presidente da República. 1144

PARTE C

CONSELHO DE MINISTROS:

Resolução n° 12/2015 (II Série):

Nomeando, Maria das Neves Tavares Rodrigues, para exercer o cargo de Auditor Interno, em regime de mandato. 1145

Resolução n° 13/2015 (II Série):

Nomeando, Humberto Elisio da Cruz Lima, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de Presidente do Conselho de Administração do Instituto do Património Cultural. 1145

CHEFIA DO GOVERNO:

Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros:

Despacho n° 17/2015:

Tornando público um concurso para financiamento de projectos de rádios comunitárias que operam no território nacional. 1145

Direcção Nacional da Administração Pública:**Extracto de despacho conjunta n.º 1019/2015:**

Homologando a lista de actualização de enquadramento dos titulares de cargos públicos, conforme se indica, Carlos Augusto Duarte de Burgo, Vera Helena Pires Almeida e António Lopes Soares. 1146

Extracto de despacho conjunta n.º 1020/2015:

Homologando a lista de actualização de enquadramento dos titulares de cargos públicos, conforme se indica. 1146

Extracto de despacho n.º 1021/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Maria Teresa de Jesus Fernandes Craveiro Miranda, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto. 1146

Extracto de despacho n.º 1022/2015:

Aposentado, Joaquim da Silva, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia. 1147

Extracto de despacho n.º 1023/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, João Alberto Barros Tavares, delegado do Procurador da República, principal do quadro de pessoal do Ministério Público. 1147

Extracto de despacho n.º 1024/2015:

Aposentando, Inácio Fernandes Varela, ex-artesão, do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural. 1147

Extracto de despacho n.º 1025/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Armindo Cipriano Maurício, Deputado profissionalizado, do quadro de pessoal da Assembleia Nacional. 1147

Extracto de despacho n.º 1026/2015:

Concedendo aposentação definitiva, a Antero Madeira Calina Barbosa, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestas. 1147

Extracto de despacho n.º 1027/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Alírio Correia Teixeira, do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural. 1147

Extracto de despacho n.º 1028/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Mário Gomes da Costa, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto. 1148

Extracto de despacho n.º 1029/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Francisco Tavares dos Reis Borges, do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural. 1148

Extracto de despacho n.º 1030/2015:

Aposentando, Adriano da Luz Almeida, do quadro de pessoal do Ministério das Relações Exteriores. 1148

MINISTÉRIO DA SAÚDE:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho n.º 1031/2015:**

Demitindo, Manuel António Gomes, do cargo de enfermeiro geral. 1148

Extracto de despacho n.º 1032/2015:

Aplicando a José da Silva Lima Lopes Araújo, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, a pena de demissão. 1148

Extracto de despacho n.º 1033/2015:

Dando por finda, a comissão de serviço de Kira Simone Ramos Rodrigues, no cargo de secretaria da S. Ex.ª a Ministra Adjunta e da Saúde. 1149

Anulação n.º 3/2015:

Anulando as publicações de Antónia Marina Silva de Oliveira e Miriam Sofia Lima Delgado, referentes às nomeações em comissão ordinária de serviço, para exercer as funções de Delegados de Saúde. 1149

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho n.º 1034/2015:**

Colocando, Marli Santos David Lopes, do quadro de pessoal da Direcção das Alfândegas, em serviço na Alfândega do Mindelo, na Alfândega da Praia. 1149

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 1035/2015:**

Nomeando, Elisangela Maria da Silva Andrade de Carvalho, para exercer a função de Coordenador do Secretariado Permanente da Célula Nacional da CEDEAO. 1149

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL:***Gabinete do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:*****Extracto de despacho nº 1036/2015:**

Nomeando, o major José Rui dos Reis Neves, para desempenhar as funções de Comandante da Primeira Região Militar..... 1149

Extracto de despacho nº 1037/2015:

Transitando para a situação de reforma, José Pedro Bettencourt, capitão na reserva. 1149

Extracto de despacho nº 1038/2015:

Transitando para a situação de reforma, José Severino Rodrigues da Rosa, primeiro-sargento na reserva. 1149

Extracto de despacho nº 1039/2015:

Desligando de serviço para efeito de aposentação ordinária, Antonina Mendes Semedo, do regime de emprego, do Ministério da Defesa Nacional. 1149

Extracto de despacho nº 1040/2015:

Desligando de serviço para efeito de aposentação ordinária, Cipriano Garcia Silva, do regime de emprego, do Ministério da Defesa Nacional. 1150

Extracto de despacho nº 1041/2015:

Transitando para a situação de reforma, Ademiro Teodoro Neves, primeiro-tenente na reserva. 1150

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA:***Direcção Nacional da Polícia Nacional:*****Rectificação nº 114/2015:**

Rectificando o despacho de S. Ex^a o Director Nacional da Polícia Nacional, publicado no *Boletim Oficial* nº 40 II Série, referente a promoções e enquadramentos dos agentes, que indica. 1150

Aviso nº 23/2015:

Notificando o agente, Osvaldo Soares Rodrigues, que lhe foi instaurado processo disciplinar por abandono de lugar. 1150

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 1042/2015:**

Prorrogando licença sem vencimento, concedida ao José Jorge Barbosa Gomes Tavares. 1151

Direcção Nacional da Polícia Judiciária:**Extracto de despacho nº 1043/2015:**

Concedendo licença sem vencimento ao Lourenço Semedo Mendes inspector da Polícia Judiciária. 1151

Extracto de despacho nº 1044/2015:

Autorizando o regresso ao serviço de origem de Nemias Moniz dos Reis Gonçalves, inspector, do quadro da Polícia Judiciária..... 1151

Extracto de despacho nº 1045/2015:

Autorizando o regresso ao serviço de origem de José Mário Cordeiro Tavares, inspector, do quadro da Polícia Judiciária..... 1151

PARTE H	MINISTÉRIO DO TURISMO, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL:
	<i>Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i>
	Anulação nº 4/2015:
	Anulando a publicação feita no <i>Boletim Oficial</i> nº 39/2015, II Série, de 10 de Agosto, referente a nomeação em regime de substituição de Anildo Lopes Costa. 1151
	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL:
	<i>Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i>
	Extracto de despacho conjunta nº 1046/2015:
	Requisitando, Janaína de Brito e Silva Almeida, para em comissão ordinária de serviço, exercer funções de Delegada do Ministério do Desenvolvimento Rural, na ilha de São Vicente. 1151
	Extracto de despacho nº 1047/2015:
	Nomeando, Larissa Helena Ferreira Varela, para exercer as funções de Delegada do Ministério do Desenvolvimento Rural no Concelho de Santa Cruz. 1151
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO:	
<i>Instituto Universitário da Educação:</i>	
Rectificação nº 115/2015:	
Rectificando o extrato do despacho nº 777/2015, de S. Ex ^a o Presidente do Instituto Universitário de Educação, referente à contratação de professores. 1151	
ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS:	
<i>Conselho Técnico:</i>	
Deliberação nº 01/CTEC/2015:	
Aprovando a utilização dos programas e elementos de consulta permitidos, nos exames para Contabilista Certificado e fixa as datas, horas e locais de realização das provas. 1152	
Deliberação nº 02/CTEC/2015:	
Aprovando a utilização dos programas e elementos de consulta permitidos, nos exames para auditor certificado e fixa as datas, horas e locais de realização das provas. 1152	

PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Direcção Geral e Administração

Despacho nº 1016/2015 – De S. Ex^a o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por delegação de S. Ex^a o Presidente da República:

De 5 de Agosto de 2015:

Ao abrigo do disposto no artigo 8º, nº 1, alínea *a*) do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, conjugado com o artigo 42º da Lei nº 13/VII/2007, de 2 de Julho, é dada por finda, a comissão ordinária de serviço de Tania Serafim Yvonne Romualdo, no cargo de Directora do Gabinete de S. Ex^a o Presidente da República, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2015, bem como os cargos de Chanceler de Ordens e Títulos Honoríficos e Secretária do Conselho da República.

Despacho nº 1017/2015 – De S. Ex^a o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por delegação de S. Ex^a o Presidente da República:

De 5 de Agosto de 2015:

Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, conjugado com o artigo 42º da Lei nº 13/VII/2007, de 2 de Julho,

é dada por finda, a comissão ordinária de serviço de Verónica Esmeralda Almeida dos Reis, no cargo de Directora do Património e Materiais da Presidência da República, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2015.

Despacho nº 1018/2015 – De S. Ex^a o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por delegação de S. Ex^a o Presidente da República:

De 5 de Agosto de 2015:

Ao abrigo do disposto nos artigos 5º e 6º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, conjugado com o artigo 42º da Lei nº 13/VII/2007, de 2 de Julho, é nomeada, Verónica Esmeralda Almeida dos Reis, para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Directora do Gabinete de S. Ex^a o Presidente da República, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2015.

Dispensados de anotação pelo Tribunal de Contas.

Direcção-Geral e Administração da Presidência da República, na Praia, aos 19 de Agosto de 2015. – O Director-Geral, *Gabriel S. Gonçalves*.

PARTE C**CONSELHO DE MINISTROS****Resolução nº 12/2015 (II Série)
de 25 de Agosto**

Considerando que o Serviço de Auditoria Interna é um órgão independente de controlo e avaliação, que tem a missão da análise posterior, objetiva, profissional, sistemática e periódica dos procedimentos administrativos, orçamentais e financeiros do Instituto Nacional da Previdência Social.

Impondo cumprir o estatuído no Decreto-lei n.º 40/2014, de 11 de agosto, que aprova os Estatutos do Instituto Nacional de Previdência Social, estabelece que o órgão é dirigido por um Auditor Interno, nomeado pelo Conselho de Ministros, mediante proposta da Comissão Executiva, por mandato com a duração de 3 (três) anos, renovável expressamente.

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-lei n.º 40/2014, de 11 de agosto; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeada, Maria das Neves Tavares Rodrigues, para exercer o cargo de Auditor Interno, em regime de mandato com duração de 3 (três) anos, renovável expressamente.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros, em 6 de agosto de 2015.

O Primeiro-ministro, *José Maria Pereira Neves*

**Resolução nº 13/2015 (II Série)
de 25 de Agosto**

Nos termos do artigo 8.º do Decreto-regulamentar n.º 26/2014, de 27 de junho, e do n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 92/VIII/2015, de 13 de julho; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeado, Humberto Elisio da Cruz Lima, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de Presidente do Conselho de Administração do Instituto do Património Cultural, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015.

Artigo 2.º

Entrada em Vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 6 de agosto de 2015.

O Primeiro-ministro, *José Maria Pereira Neves*

CHEFIA DO GOVERNO**Gabinete da Presidência do Conselho
de Ministros****Despacho nº 17/2015**

Ao abrigo da alínea *b*) do número 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 8/2005, de 31 de Janeiro, que altera o Decreto-Lei n.º 106/97, de 31 de Dezembro faço público que se encontra aberto, até ao dia 30 de Setembro de 2015, concurso público para financiamento de projectos de dez (10) rádios comunitárias que operam no território nacional, no valor total de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos), ao abrigo da alínea *b*) do número 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 8/2005, de 31 de Janeiro, que altera o Decreto-Lei n.º 106/97, de 31 de Dezembro, sendo o processo concursal coordenado pela Direcção-Geral da Comunicação Social.

I. As entidades que se candidatem devem preencher os seguintes requisitos:

- Estar a emitir regularmente há, pelo menos, dezoito (18) meses, salvo se suspensa devido a situação financeira deficitária por período não superior a seis (6) meses;
- Apresentar Projectos que não excedem o montante de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos), salvo se a mesma comprometer-se, por escrito, a assegurar o financiamento da parte excedente;
- Apresentar projectos que visem a modernização das infra-estruturas e equipamentos de produção e emissão ou retransmissão, a resolução de situação financeira deficitária e ou projectos de reforço da produção de conteúdos radiofónicos de inequívoco impacto local e comunitário, nomeadamente conteúdos de sensibilização ambiental, de pendor educativos e que promovem estilos e hábitos de vida saudáveis;

II. Documentos exigidos

- Pedido dirigido ao Diretor Geral da Comunicação Social;
- Declaração de emissão regular há, pelo menos, dezoito (18) meses ou comprovativo de suspensão de emissão não superior a 6 meses, emitida por entidade competente no sector;
- Cópia do Número de Identificação Fiscal;
- Fotocópia do alvará para o exercício da actividade;
- Cópia do projecto, com sua descrição detalhada, peças justificativas, orçamento e indicação de eventuais impactos positivos na comunidade ou para o bom funcionamento da rádio concorrente.

III. Submissão e prazo das candidaturas

As candidaturas deverão ser entregues, presencialmente, na Direcção Geral da Comunicação Social ou enviadas por correio para o endereço, Palácio do Governo na Cidade da Praia, 3º piso. Caixa Postal 304, República de Cabo Verde.

Apenas serão aceites as candidaturas que tiverem dado entrada até o dia 30 de Setembro de 2015.

Não serão aceites as Candidaturas:

- Apresentadas fora do prazo;
- Apresentadas sem todos os requisitos mínimos e documentos solicitados.

IV. Júri

O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros designa, no prazo máximo de trinta (30) dias a contar da data da publicação do presente edital, o júri do concurso constituído por três (3) elementos.

V. Reclamações

As reclamações poderão ser endereçadas à DGCS, que as remete para o júri, no prazo máximo de (3) três dias após a publicação dos resultados.

As respostas às reclamações deverão ser enviadas aos requerentes no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a data da entrada das reclamações.

VI. Cessação e cancelamento do concurso

1. O concurso cessa com a publicação do seu resultado final, homologado pelo Ministro da Presidência do Conselho de Ministros.
2. Na situação de inexistência de candidatos cancela-se o concurso, podendo dar lugar à abertura de um novo procedimento.
3. Em casos excepcionais, devidamente fundamentados, pode-se cancelar o concurso desde que ainda não tenha sido publicado o resultado final, homologado pelo Ministro da Presidência do Conselho de Ministros.

VII. Mecanismos de prestação de contras e penalizações

1. Os candidatos devem comprometer-se a enviar à DGCS, no prazo máximo de noventa (90) dias contar da data em que receberam o financiamento, o relatório de execução do projecto e todas as peças justificativas da execução das despesas financeiras.
2. Em caso de não cumprimento das obrigações referidas no ponto anterior, o beneficiário incorre em penalizações de não poder candidatar-se aos fundos públicos, por um período de dois (2) anos.

VIII. Disposições finais

Qualquer informação ou esclarecimento de dúvidas a respeito do processo selectivo poderão ser obtidos pelos telefones 2610327 ou 2610515, e através do endereço electrónico concursoDGCS2015@govcv.gov.cv

Cumpra-se.

Gabinete do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, aos 12 de Agosto de 2015. – O Ministro, *Démis Lobo Almeida*.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção Nacional da Administração Pública

Extracto de despacho conjunta n.º 1019/2015 – De S. Ex.ªs a Ministra das Finanças e do Planeamento e o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 13 de Julho de 2015:

No uso da competência administrativa que nos é confiada, observado os pressupostos legais consagrados nos artigos 25.º, 26.º, 40.º e 41.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, homologamos e mandamos publicar a lista de actualização de enquadramento dos titulares de cargos públicos, considerando as prerrogativas de desenvolvimento profissional que se lhes assiste ao abrigo do n.º 3 do artigo 14.º da lei n.º 35/V/97, de 25 de Agosto, conforme se segue:

Nomes	Serviço de origem	Cargo Actual	Ref.º/ Esc Actual	Cargo Enquadramento
Carlos Augusto Duarte de Burgo	Direcção Nacional Plano	Téc. Sup. de 1.ª	15 / D	Técnico Sénior III
Vera Helena Pires Almeida	Direcção Nacional Plano	Téc. Sup. de 1.ª	15 / C	Técnico Sénior III
António Lopes Soares	Direcção Contribuições e Impostos	Inspector. Tributário Sup.	15 / C	Técnico Sénior III

Extracto de despacho conjunta n.º 1020/2015 – De S. Ex.ªs a Ministra da Educação e Desporto e o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 13 de Julho de 2015:

No uso da competência administrativa que nos é confiada, observado os pressupostos legais consagrados nos artigos 25.º, 26.º, 40.º e 41.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, homologamos e mandamos publicar a lista de actualização de enquadramento dos titulares de cargos públicos, considerando as prerrogativas de desenvolvimento profissional que se lhes assiste ao abrigo do n.º 3 do artigo 14.º da lei n.º 35/V/97, de 25 de Agosto, conforme se segue:

1	Abel José Silva Ramos	8/A, para 9/B
2	Adelaide de Jesus B. da Moura	7/A, para 8/B
3	Adriano Ribeiro Silva	7/C, para 8/D
4	Américo Sabino S. Nascimento	Técnico Sénior III
5	Anildo Gomes Tavares	II – B, para III - B
6	António Carlos M. L. da Silva	II – C, para III - E
7	António Costa Lima	8/D, para 9/D
8	António Emílio dos Reis Águes	8/A, para 9/C
9	Carlos Alberto Lopes	9/B, para 10/D
10	Carlos Landim Monteiro	10/A, para 10/B
11	Domingos Vaz Mendes	7/D, para 8/E
12	Fernanda Fidalgo de Pina Burgo	7/B, para 8/D
13	Francisco L. D. Barbosa Vicente	9/B, para 10/B
14	Francisco Walter S. Tavares	8/C, para 9/D
15	Hinalito do Rosário F. Martins	8/A, para 9/B
16	Idilton Alexandre Santos Brito	7/A para 8/B
17	Ildo Albertino Varela	8/A, para 9/B
18	Ivanilda do Rosário Spencer	8/A, para 8/B
19	João F. Nunes Pires Monteiro	8/A, para 9/B
20	Joaquim da Graça C. Almeida	7/C, para 8/E
21	José Pedro Nunes Soares	9/B, para 10/C
22	Luís Joaquim Gonçalves Pires	9/C, para 9D
23	Manuel Roque Silva Júnior	9/B, para 9/C
24	Maria da Cruz dos Reis B. Pires	9/C, para 10/B
25	Maria de Fátima S. Gonçalves	8/A, para 9/B
26	Maria de Fátima M. Duarte	8/A, para 9/B
27	Natalino Sanches Tavares	7/A, para 9/C
28	Nilton E. L. T. Paiva Semedo	9/A, para 10/B
29	Pedro Jorge Andrade	8/A, para 8/B
30	Ricardo Mendes Rodrigues	9/A, para 10/B
31	Sabino Tavares Correia	9/A, para 9/B
32	Viriato de Barros Gomes	7/C, para 8/E
33	João António Delgado	7/B, para 8/D
34	José Pinto Almeida	Técnico Sénior III

Extracto de despacho n.º 1021/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.º o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Abril de 2015:

Maria Teresa de Jesus Fernandes Craveiro Miranda, inspectora superior, referência 14, escalão E, do Ministério da Educação e Desporto – desligada de serviço para efeitos de aposentação,

nos termos do artigo 5º, n.º 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 1.395.324\$00 (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil, trezentos e vinte e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 27 de Julho de 2015.)

Extracto de despacho nº 1022/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 26 de Maio de 2015:

Joaquim da Silva, ex. subchefe dos bombeiros, referência 4, escalão A, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia - aposentado, nos termos do artigo 5º, n.º 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 889.692\$00 (oitocentos e oitenta e nove mil seiscentos e noventa e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 3 de Outubro de 2013 do Presidente da Câmara Municipal, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 9 anos, e 5 dias.

O montante em dívida no valor de 598.423\$00 (quinhentos e noventa e oito mil quatrocentos e vinte e três escudos), poderá ser amortizado em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 5.089\$00 e as restantes de 4.986\$00.

É alterado o despacho do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competências de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Boletim Oficial* nº 39, II Série de 24 de Julho de 2014.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 14 de Agosto de 2015.)

Extracto de despacho nº 1023/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 25 de Junho de 2015:

João Alberto Barros Tavares, delegado do Procurador da República principal, escalão A, índice 134, do quadro de pessoal do Ministério Público - desligado de serviço para efeitos de aposentação, pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 1.615.692\$00 (um milhão seiscentos e quinze mil, seiscentos e noventa e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, conjugado com o nº 4 do artigo 6º da Lei nº 2/VIII/2011, de 20 de Junho, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto de despacho nº 1024/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 25 de Junho de 2015:

Inácio Fernandes Varela, ex-artesão de segunda classe, referência 6, escalão E, do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural - aposentado, nos termos da alínea b), nº 2, do artigo 5º, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 158.640\$00 (cento e cinquenta e oito mil seiscentos e quarenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o ar-

tigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 19 anos, 7 meses e 29 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 9 de Novembro de 2010 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 5 anos, 2 meses e 18 dias.

O montante em dívida no valor de 52.528\$00 (cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito escudos), poderá ser amortizado em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 260\$00 e as restantes de 2.92\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 7 de Agosto de 2015.)

Extracto de despacho nº 1025/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 21 de Julho de 2015:

Armindo Cipriano Maurício, Deputado profissionalizado, do quadro de pessoal da Assembleia Nacional - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, n.º 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 1.637.952\$00 (um milhão, seiscentos e trinta e sete mil, novecentos e cinquenta e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 36º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 29 de Maio de 2015 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 3 anos, 3 meses e 23 dias.

O montante em dívida no valor de 187.083\$00 (cento e oitenta e sete mil e oitenta e três escudos), poderá ser amortizado em 23 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 7.563\$00 e as restantes de 8.160\$00.

Extracto de despacho nº 1026/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 22 de Julho de 2015:

Antero Madeira Calina Barbosa, ex-Director de Obras do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestas - aposentado, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, de acordo com o *Boletim Oficial* nº 32/2014, de 9 de Junho - concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 1.253.760\$00 (um milhão, duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e sessenta escudos), calculada de conformidade com o artigo 35º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 21 de Maio de 2013, da Directora Nacional da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 2 anos, 4 meses e 24 dias.

O montante em dívida no valor de 174.155\$00 (cento e setenta e quatro mil cento e cinquenta e cinco escudos), poderá ser amortizado em 80 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 2.172\$00 e as restantes de 2.177\$00.

Extracto de despacho nº 1027/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 22 de Julho de 2015:

Alírio Correia Teixeira, guarda-florestal contratado do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do nº 1, artigo 5º, do

Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 180.000\$00 (cento e oitenta mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 25 de Novembro de 2014 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 34 anos.

O montante em dívida no valor de 367.200\$00 (trezentos e sessenta e sete mil, duzentos escudos), poderá ser amortizado em 409 prestações mensais e consecutivas sendo a primeira de 816\$00 e as restantes de 898\$00.

Extracto de despacho n.º 1028/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 22 de Julho de 2015:

Mário Gomes da Costa, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão E, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do n.º 3, artigo 5.º, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão anual de 1.178.880\$00 (um milhão cento e setenta e oito mil oitocentos e oitenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 13 de Maio de 2010 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 3 anos, 4 meses e 10 dias.

O montante em dívida no valor de 130.864\$00 (cento e trinta mil, oitocentos e sessenta e quatro escudos), poderá ser amortizado em 120 prestações mensais e consecutivas sendo a primeira de 1.035\$00 e as restantes de 1.091\$00.

Extracto de despacho n.º 1029/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 22 de Julho de 2015:

Francisco Tavares dos Reis Borges, guarda-florestal do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos da alínea b), do n.º 2, artigo 5.º, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 180.000\$00 (cento e oitenta mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 26 de Dezembro de 2014 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 1 ano, e 29 dias.

O montante em dívida no valor de 339.960\$00 (trezentos e trinta e nove mil, novecentos e sessenta escudos), poderá ser amortizado em 438 prestações mensais e consecutivas sendo a primeira de 240\$00 e as restantes de 900\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 11 de Agosto de 2015.)

Extracto de despacho n.º 1030/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 22 de Julho de 2015:

Adriano da Luz Almeida, oficial administrativo, referência 9, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério das Relações Exteriores - aposentado, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 297.612\$00 (duzentos e noventa e sete mil seiscientos e doze escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 29 anos, 9 meses e 13 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 5 de Junho de 2015 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 21 anos, meses e 1 dias.

O montante em dívida no valor de 632.178\$00 (seiscentos e trinta e dois mil cento e setenta e oito escudos), poderá ser amortizado em 184 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.390\$00 e as restantes de 3.436\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 13 de Agosto de 2015.)

As despesas têm cabimento no Capítulo 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Direcção de Serviço de Segurança Social da Direcção Nacional da Administração Pública, na Praia, aos 24 de Agosto de 2015. – A Directora de Serviço, *Cláudia Rodrigues Vieira*.

—————o§o—————

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto do despacho n.º 1031/2015 – De S. Ex.ª a Ministra-Adjunta e da Saúde:

De 17 de Março de 2015:

Manuel António Gomes, enfermeiro geral escalão V, índice 100, demitido do referido cargo, nos termos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 14/77, de 5 de Março, conjugado com o n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Extracto do despacho n.º 1032/2015 – De S. Ex.ª a Ministra-Adjunta e da Saúde:

De 4 de Agosto de 2015:

José da Silva Lima Lopes Araújo, técnico nível I, do quadro do pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, é aplicado a pena de demissão por abandono de lugar, absorvendo os fundamentos da proposta do Delegado de Saúde na sequência do processo especial por abandono de lugar, ao abrigo do n.º 4 do artigo 78.º conjugado com o n.º 2 do artigo 82.º, e face às conclusões do enquadramento das infracções e das razões supra expendidas, ao arguido seja aplicada a pena prevista na alínea f) do artigo 14.º - Demissão – todos do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 31/III/87, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 8/97, de 8 de Maio.

Extracto do despacho nº 1033/2015 – De S. Ex^a a Ministra-Adjunta e da Saúde:

De 10 de Agosto de 2015:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Kira Simone Ramos Rodrigues, no cargo de secretaria da S. Ex^a a Ministra-Adjunta e da Saúde, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2015, nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 49/2014 de 10 de Novembro.

Anulação nº 3/2015

São anuladas as publicações dos extractos dos despachos nºs 943/2015 e 944/2015, de Antónia Marina Silva de Oliveira e Miriam Sofia Lima Delgado, referentes às nomeações em comissão ordinária de serviço, para exercer as funções de Delegados de Saúde, publicado no *Boletim Oficial* nº 39, II Série, de 10 de Agosto de 2015, pelo que se deve considerar sem efeito.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, na Praia, aos 18 de Agosto de 2015. – A Directora-Geral, *Serafina Alves*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto do despacho nº 1034/2015 – De S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 13 de Agosto de 2015:

Marli Santos David Lopes, auxiliar de verificação, referência 2, escalão B, do quadro de pessoal da Direcção das Alfândegas, em serviço na Alfândega do Mindelo, é colocado por conveniência de serviço, na Alfândega da Praia.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças e do Planeamento, na Praia, aos 19 de Agosto de 2015. – A Directora-Geral, *Jessica Sancha*

—oço—

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 1035/2015 – De S. Ex^a o Ministro das Relações Exteriores:

De 30 de Julho de 2015:

Elisangela Maria da Silva Andrade de Carvalho, conselheiro de Embaixada de nível I, nomeado para exercer a função de Coordenador do Secretariado Permanente da Célula Nacional da CEDEAO, nos termos do nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 17/2013, de 15 de Maio e do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Regulamentar nº 4/2010, de 14 de Junho, com efeitos imediatos.

Serviço de Gestão dos Recursos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, na Praia, aos 18 de Agosto de 2015. – A Directora, *Antonieta Lopes dos Reis*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas

Extracto do despacho nº 1036/2015 – Da S. Ex^a o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 18 de Junho de 2015:

Ao abrigo da competência conferida pela alínea g) do nº 7 do artigo 19º da Lei nº 89/VI/2006, de 9 de Janeiro, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas determina o seguinte:

1. É nomeado o major, José Rui dos Reis Neves, para desempenhar as funções de Comandante da Primeira Região Militar;
2. O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, com efeitos a partir da data da tomada de posse.

Extracto do despacho nº 1037/2015 – Da S. Ex^a o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 22 de Junho de 2015:

José Pedro Bettencourt, capitão na reserva, enquadrado no escalão E, a que corresponde o índice 825 – transita para a situação de reforma, ao abrigo da alínea b), nº 1 do artigo 236º, e em conformidade com o disposto nos artigos 167º, 168º e 169º, todos dos Estatutos dos Militares, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 2/2012, de 15 de Novembro, com direito à pensão anual de 1.483.798\$80 (um milhão, quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e noventa e oito escudos e oitenta centavos).

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 11 de Agosto de 2015).

Extracto do despacho nº 1038/2015 – Da S. Ex^a o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 29 de Junho de 2015:

José Severino Rodrigues da Rosa, primeiro-sargento na reserva, enquadrado no nível I, que corresponde ao índice 374 – transita para a situação de reforma, ao abrigo da alínea b), nº 1 do artigo 236º, e em conformidade com o disposto nos artigos 10º (enquadramento por níveis), 168º e 169º, todos dos Estatutos dos Militares, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 2/2012 de 15 de Novembro, com direito à pensão anual de 673.327\$44 (seiscentos e setenta e três mil, trezentos e vinte e sete escudos e quarenta e quatro centavos).

Por despacho do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública de 26 de Novembro de 2013, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, de acordo com o estipulado nos artigos 25º e 31º, da Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, correspondente a 25 anos, (período de 10/01/1987 a 10/01/2012 – Certidão nº 1314/2013).

A dívida no montante de 1.172.790\$00 (um milhão, cento e setenta e dois mil, setecentos e noventa escudos), deverá ser amortizado em 300 (trezentos) prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.999\$00 e as restantes de 3.909\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 5 de Agosto de 2015).

Extracto do despacho nº 1039/2015 – Da S. Ex^a o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 9 de Julho de 2015:

Antonina Mendes Semedo, apoio operacional, nível I, do regime de emprego, do Ministério da Defesa Nacional – desligada de serviço

para efeito de aposentação ordinária, nos termos n.º 1 do artigo 5.º e em conformidade com o artigo 37.º de Estatuto de Aposentação e de Pensão de Sobrevivência, aprovado pelo Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 278.496\$00 (duzentos e setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e seis escudos).

Por despacho do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, de 30 de Novembro de 2010, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, de acordo com o estipulado nos artigos 25.º e 31.º, da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, correspondente a 26 anos, 2 meses e 28 dias, (período de 02/03/1980 a 31/08/2006 – Certidão n.º 2090/2010).

A dívida no montante de 264.261\$00 (duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e um escudos), deverá ser amortizada em 400 (quatrocentos) prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 522\$00 e as restantes de 661\$00.

Extracto do despacho n.º 1040/2015 – Da S. Ex.ª o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 9 de Julho de 2015:

Cipriano Garcia Silva, apoio operacional, nível IV, do regime do emprego, do Ministério da Defesa Nacional – desligado de serviço para efeito de aposentação ordinária, nos termos n.º 1 do artigo 5.º e em conformidade com o artigo 37.º de Estatuto de Aposentação e de Pensão de Sobrevivência, aprovado pelo Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 455.520\$00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte escudos).

Por despacho do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública de 14 de Junho de 2013, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, de acordo com o estipulado nos artigos 25.º e 31.º, da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, correspondente a 30 anos, 11 meses e 23 dias, (período de 08/09/1975 a 31/08/2006 – Certidão n.º 457/2013).

A dívida no montante de 804.138\$00 (oitocentos e quatro mil, cento e trinta e oito escudos), deverá ser amortizada em 270 (duzentos e setenta) prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.056\$00 e as restantes de 2.978\$00.

Extracto do despacho n.º 1041/2015 – Da S. Ex.ª o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 10 de Julho de 2015:

Ademiro Teodoro Neves, primeiro-tenente na reserva, enquadrado no nível II, que corresponde ao índice 611 – transita para a situação de reforma, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 156.º do Decreto-Lei n.º 81/95 de 26 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º e em conformidade com o disposto nos artigos 10.º (enquadramento por níveis), 168.º e 169.º, todos dos Estatutos dos Militares, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2012 de 15 de Novembro, com direito à pensão anual de 1.098.936\$60 (um milhão, noventa e oito mil, novecentos e trinta e seis escudos e sessenta centavos).

Por despacho do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública de 22 de Outubro de 2014, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, de acordo com o estipulado nos artigos 25.º e 31.º, da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, correspondente a 32 anos, 1 meses e 21 dias, (período de 18/02/1981 a 09/04/2013 – Certidão n.º 1271/2014).

A dívida no montante de 1.302.061\$00 (um milhão, trezentos e dois mil, sessenta e um escudos), deverá ser amortizada em 360 (trezentos e sessenta) prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.199\$00 e as restantes de 3.618\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 5 de Agosto de 2015).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capítulo 35.20, Divisão 4.ª, Código 02.07.01.01.01 do Orçamento vigente.

Comando do Pessoal das Forças Armadas, na Praia, aos 17 de Agosto de 2015. – O Comandante, *Octávio Pereira Freire Tavares*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia Nacional

Rectificação n.º 114/2015

Por erro na expressão da vontade da administração, nos termos do despacho S. Ex.ª o Director Nacional da Polícia Nacional, n.º 069/GDN/2012, de 14 de Novembro, os elementos policiais a seguir indicado, foram promovidos e enquadrados na categoria de agente principal referência 3, escalão A, em vez de na referência 3, escalão B, com efeito a partir de 15 de Novembro de 2012, publicado no *Boletim Oficial* n.º 40 Série, de 30 de Julho de 2014, de novo se publica na parte que interessa.

Onde se lê:

N.º	Nome	De		Para	
		Posto	Ref/Ec	Posto	Ref/Esc
1	José António Correia	Agente de 1ª Classe	2/C	Agente Principal	3/A
2	Guilherme Espírito S. M. Lopes	Agente de 1ª Classe	2/C	Agente Principal	3/A
3	José Alberto Montrond	Agente de 1ª Classe	2/C	Agente Principal	3/A

Deve ler-se:

N.º	Nome	De		Para	
		Posto	Ref/Ec	Posto	Ref/Esc
1	José António Correia	Agente de 1ª Classe	2/C	Agente Principal	3/B
2	Guilherme Espírito S. M. Lopes	Agente de 1ª Classe	2/C	Agente Principal	3/B
3	José Alberto Montrond	Agente de 1ª Classe	2/C	Agente Principal	3/B

Com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2012.

Divisão de Administração e Recursos Humanos da Direcção do Planeamento, Orçamento e Gestão da Polícia Nacional, na Praia, aos 14 de Agosto de 2015. – O Chefe da Divisão, *João Pedro Tavares Delgado*.

Aviso n.º 23/2015

Nos termos do n.º 4 do artigo 95.º, todos do Regulamento Disciplinar do Pessoal Policial da Polícia Nacional, em vigor, fica notificado o agente de 2.ª classe, da Polícia Nacional, Osvaldo Soares Rodrigues, efectivo desta Esquadra Policial, ausente em parte incerta no estrangeiro, que lhe foi instaurado processo disciplinar por abandono de lugar, tem prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir desta publicação, para apresentar a sua defesa escrita.

Mas se avisa que o referido processo se encontra nesta Esquadra, onde poderá ser consultada.

Comando Regional do Fogo, Esquadra de Santa Catarina, aos 3 de Agosto de 2015. – O Instrutor do Processo, *Silvestre*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto do despacho nº 1042/2015 – De S. Ex^a o Ministro da Justiça:

De 30 de Junho de 2015:

É prorrogada a licença sem vencimento, concedida ao José Jorge Barbosa Gomes Tavares, por mais um ano, ao abrigo do disposto no artigo 48º n.º 1 e 2 do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março.

Direcção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos Financeiros e Patrimoniais da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Justiça, na Praia, aos 18 de Agosto de 2015. – A Directora, *Indira Martins*.

Direcção Nacional da Polícia Judiciária

Extracto do despacho nº 1043/2015 – De S. Ex^a o Ministro da Justiça:

De 18 de Agosto de 2015.

É concedida licença sem vencimento ao Lourenço Semedo Mendes, inspector da Polícia Judiciária, nos termos do artigo 45º n.º 1 alínea b) e 48º n.ºs 1 e 2 do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, por um período de até três anos, com efeito a partir de 1 de Setembro de 2015.

Extracto do despacho nº 1044/2015 – De S. Ex^a o Ministro da Justiça:

De 18 de Agosto de 2015.

É dada a autorização para o regresso ao serviço de origem de Nemias Moniz dos Reis Gonçalves, inspector de nível 1, referência I, escalão A, do quadro da Polícia Judiciária ao abrigo do disposto no artigo 48º, n.º 3, do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março com efeitos a partir da sua publicação no *Boletim Oficial*.

Extracto do despacho nº 1045/2015 – De S. Ex^a o Director Nacional da Polícia Judiciária:

De 31 de Julho de 2015.

É dada a autorização para o regresso ao serviço de origem, José Mário Cordeiro Tavares, inspector de nível 3, referência 3, escalão B, do quadro da Polícia Judiciária ao abrigo do disposto no artigo 46º, n.º 1, do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2015.

Os encargos resultantes da presente reintegração encontram contra-partida na rubrica 03.01.01.02 - pessoal do quadro da Polícia Judiciária.

O Departamento dos Recursos Humanos Financeiro e Patrimonial da Polícia Judiciária, na Praia, aos 21 de Agosto de 2015. – A Directora, *Maria de Fátima de Pina Barros*.

—oço—

MINISTÉRIO DO TURISMO, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Anulação nº 4/2015

Por já ter sido publicado no *Boletim Oficial* nº 21, II Série, de 20 de Abril corrente o extracto do despacho da S. Ex^a a Ministra do Turismo, Investimentos e Desenvolvimento Empresarial, referente a nomeação,

de Anildo Lopes Costa, para exercer as funções de Director-Geral de Energia, do Ministério do Turismo, Investimentos e Desenvolvimento Empresarial, fica anulado a publicação feita no *Boletim Oficial* nº 39/2015, II Série, de 10 de Agosto, referente a nomeação em regime de substituição de Anildo Lopes Costa.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Turismo, Investimentos e Desenvolvimento Empresarial, na Praia, 19 de Agosto de 2015. – Director-Geral, *Emanuel Pereira*

—oço—

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho conjunta nº 1046/2015 – De S. Ex^{as} a Ministra das Infraestruturas e Economia Marítima e a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 5 de Janeiro de 2015:

Janaína de Brito e Silva Almeida, técnica, nível II, quadro da Direcção-Geral dos Recursos Marinhos do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima requisitada nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, conjugado com artigo 2º do Decreto-Lei nº 17/2014, de 10 de Março e o artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, para em comissão ordinária de serviço exercer funções de Delegada do Ministério do Desenvolvimento Rural, na ilha de São Vicente.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 14 de Agosto de 2015.)

Extracto de despacho nº 1047/2015 – De S. Ex^a a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 10 de Abril de 2015:

Larissa Helena Ferreira Varela, licenciada e mestre em engenharia do ambiente, nomeada, nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei nº 17/2014 de 10 de Março, conjugado com o art.º 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, para exercer as funções de Delegada do Ministério do Desenvolvimento Rural no Concelho de Santa Cruz.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 13 de Agosto de 2015.)

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro do M.D.R.

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimonial do Ministério do Desenvolvimento Rural, na Praia, aos 21 de Agosto de 2015. – A Directora, *Iara Anancy Abreu Gonçalves Fernandes*.

—oço—

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Instituto Universitário da Educação

Rectificação nº 115/2015

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 32 II Série de 26 de Junho, o extracto do despacho nº 777/2015 de S. Ex^a o Presidente do Instituto Universitário de Educação, de 13 de Março de 2015, referente à contratação de professores retifica-se a parte que interessa:

Onde se lê:

Berenice maria da Graça...

Deve ler-se:

Berenice Maria da Graça da Luz Melício...

Instituto Universitário de Educação, aos 18 de Agosto de 2015 – O Presidente, *Florenço Mendes Varela*.

PARTE H**ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES
E CONTABILISTAS CERTIFICADOS****Conselho Técnico****DELIBERAÇÃO Nº 01/CTEC/2015**

No uso da competência conferida pelo artigo 45º, nº 1, alínea c) do Estatuto da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, aprovado pelo Decreto-Lei nº 12/2000, de 28 de Fevereiro, e do artigo 5º, nº 1, alíneas a) e b) do Regulamento de Admissão, Estágios e Exames, o Conselho Técnico:

1. Aprova a utilização dos programas e elementos de consulta permitidos, conforme Deliberação nº 001/CTEC/2013, publicada no *Boletim Oficial* II Série, nº 19, de 3 de Abril de 2013, nos exames para Contabilista Certificado a realizar em 2015.
2. Fixa as datas, horas e locais de realização das provas do exame para Contabilista Certificado:

Data, hora e local de realização das provas de exames**Referência: ano 2015**

Item	Matérias de exame	Data	Hora	Local do exame
	Contabilidade Geral e Financeira	12-Out-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB
2	Análise e Gestão Financeira	14-Out-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB
3	Economia Geral	16-Out-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB
4	Economia da Empresa	19-Out-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB
5	Estatística e Matemática Financeira	21-Out-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB
6	Informática e Sistemas de Informação	23-Out-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB
7	Ética Empresarial e Profissional	26-Out-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB
8	Direito Civil	28-Out-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB
9	Direito Laboral	30-Out-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB
10	Direito Comercial e de Empresas Comerciais	02-Nov-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB
11	Fiscalidade Cabo-verdiana	04-Nov-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB

12	Contabilidade Financeira Aprofundada	06-Nov-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB
13	Controlo de Gestão	09-Nov-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB
14	Controlo Interno e Auditoria	11-Nov-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo – CRB

3. Determina que as inscrições para as provas dos exames para contabilista certificado devem ser efectuadas até 45 dias antes da data fixada para a realização da prova para a qual o(a) interessado(a) se inscreve.

Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, na Praia, aos 12 de Agosto de 2015 – O Presidente do Conselho Técnico, *José Mário Sousa*

DELIBERAÇÃO Nº 02/CTEC/2015

No uso da competência conferida pelo artigo 45º, nº 1, alínea c) do Estatuto da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, aprovado pelo Decreto-Lei nº 12/2000 de 28 de Fevereiro, e do artigo 58º, nº 1, alíneas a) e b) do Regulamento de Admissão, Estágios e Exames, o Conselho Técnico:

1. Aprova a utilização dos programas e elementos de consulta permitidos, conforme Deliberação nº 002/CTEC/2013, publicada no *Boletim Oficial* II Série, nº 19, de 3 de Abril de 2013, nos exames para Auditor Certificado a realizar em 2015.
2. Fixa as datas, horas e locais de realização das provas do exame para Auditor Certificado:

Data, hora e local de realização das provas de exames**Referência: ano 2015**

Grupo	Matérias de exame	Data	Hora	Local do exame
I	Matérias de Enquadramento Geral	02-Dez-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo - CRB
II	Matérias de Enquadramento Jurídico-Fiscal	04-Dez-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo - CRB
III	Matérias de Base Contabilístico-Financeira	07-Dez-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo - CRB
IV	Matérias de Auditoria e Comportamentais	14-Dez-15	8H30	Praia – Academia OPACC; Mindelo - CRB

3. Determina que as inscrições para as provas dos exames para auditor certificado devem ser efectuadas até 45 dias antes da data fixada no nº 2 para a realização da prova para a qual o(a) interessado(a) se inscreve.

Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, na Praia, aos 12 de Agosto de 2015 – O Presidente do Conselho Técnico, *José Mário Sousa*.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extracto de publicação de sociedade n° 351/2015:

Certifica um registo de cessão de quota, alteração de gerência, forma de obrigar e alteração parcial do contrato da sociedade por quotas denominada "LORISMA, LDA" 252

Extracto de publicação de sociedade n° 352/2015:

Certifica um registo de cessão de quotas e alteração parcial do contrato, da sociedade por quotas denominada "G.M.C – Escavações e Movimento de Terras, Lda" 252

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Direcção-Geral dos Registos, Notariado
e Identificação****Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região
da Segunda Classe da Boa Vista****Extracto de publicação de sociedade nº 351/2015:**

A CONSERVADORA: JACILENE ROMI FORTES LOPES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, se encontra exarada um registo de cessão de quota, alteração de gerência, forma de obrigar e alteração parcial do contrato da sociedade por quotas denominada "LORISMA, LDA", NIF 256828814, com sede na Cidade de Sal Rei, com o capital social de trezentos mil escudos, matriculada na Casa do Cidadão sob o número 0285220081010.

CEDENTE: Ismaele Ridolfi, casado no regime de comunhão de bens com Rossi Ornela, natural da Itália, residente em Itália de passagem por esta cidade.

QUOTA CEDIDA: 150.000\$00

CESSIONÁRIA: Elena Ranzino, casada com Daniel Carmine Lucio Lucchetta no regime de separação de bens, natural de Itália, residente em Sal Rei-Boa Vista.

CEDENTE: Loris Bianchetto, divorciado.

QUOTA CEDIDA: 150.000\$00

CESSIONÁRIA: Elena Ranzino, já identificado.

ARTIGOS ALTERADOS: 1º, 4º, 5º e 6º.

A sociedade adopta-se a denominação "LORISMA, Sociedade Unipessoal, Lda".

Artigo 4º

Capital: 300.000\$00 (trezentos mil escudos), integralmente e realizado em dinheiro e distribuído da seguinte forma:

Sócio e Quota:

Elena Ranzino.

Artigo 5º

A gerência da sociedade é exercida pela sócia única Elena Ranzino.

Artigo 6º

Forma de Obrigar: Pela assinatura da sócia.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe da Boa Vista, aos 25 de Fevereiro de 2015. – A Conservadora, *Jacilene Romi Fortes Lopes*.

Extracto de publicação de sociedade nº 352/2015:

A CONSERVADORA: JACILENE ROMI FORTES LOPES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, se encontra exarada um registo de cessão de quotas e alteração parcial do contrato, da sociedade por quotas denominada "G.M.C – Escavações e Movimento de Terras, Lda", NIF 252714075 com sede na Cidade de Sal Rei, com o capital social de trezentos mil escudos, matriculada sob o número 33/10-12-29.

QUOTA DIVIDIDA: 100.000\$00.

CEDENTE: Michele Musetti, divorciado, natural de Itália, residente em Sal Rei.

QUOTA CEDIDA: 50.000\$00.

CESSIONÁRIO: Gian Luca Bonora, solteiro, maior, natural de Itália residente em Sal Rei.

QUOTA CEDIDA: 50.000\$00.

CEDENTE: Michele Musetti, já identificado.

CESSIONARIO: Cláudio Morlin, solteiro, maior, natural de Itália, residente em Sal Rei.

QUOTAS UNIFICADAS: 100.000\$00+50.000\$00.

TITULAR INSCRITO: Gian Luca Bonora.

QUOTAS UNIFICADAS: 100.000\$00+50.000\$00.

TITULAR INSCRITO: Cláudio Morlin.

ARTIGO ALTERADOS: 4º.

Artigo 4º

Capital: 300.000\$00 (trezentos mil escudos), integralmente e realizado em dinheiro e distribuído da seguinte forma:

Sócios e Quotas:

- Gian Luca Bonora; 150.000\$00.

- Cláudio Morlin; 150.000\$00.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe da Boa Vista, aos 29 de Junho de 2015. – A Conservadora, *Jacilene Romi Fortes Lopes*.

**II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv

Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do Boletim Oficial devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.